



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/11/2014



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. ORÇAMENTO.....	1 - 2

Judiciário propõe orçamento R\$ 750 milhões maior em 2015

No projeto de Orçamento do Estado para 2015, o Tribunal de Justiça prevê gastar R\$ 1,6 bi; valor é para cobrir nomeações de novos juizes e auxiliares, admitidos por concurso público. **Política 3**

Orçamento do Judiciário eleva LDO no Maranhão

Tribunal de Justiça prevê mais de R\$ 750 milhões em sua estimativa para 2015, praticamente o dobro de recursos em relação ao orçamento de 2014

Gilberto Léda
Da Editoria de Política

Membros do futuro Governo do Maranhão acompanham com preocupação a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2015. Estimado em R\$ 15,8 bilhões, o orçamento, já em análise pela Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa, pode ser "inflado" e criar dificuldades para o Executivo a partir do ano que vem, se for aprovado um aumento de aproximadamente R\$ 750 milhões nas contas do Poder Judiciário.

Este ano, o Tribunal de Justiça executa um orçamento de R\$ 880 milhões, mas, para 2015, prevê gastos da ordem de R\$ 1.631.536.062,00. O valor é quase o dobro e não pode ser alterado pelo Governo do Estado, que encaminhou aos deputados a proposta tal e qual recebida.

Na mensagem encaminhada ao Legislativo, a presidência do TJ justifica o aumento com a necessidade de investimentos "para expandir, agilizar, modernizar e manter a atividade jurisdicional e assistencial do Poder Judiciário".

Servidores - Despesas com pessoal - aí incluídas as nomeações de novos juízes, analistas, técnicos e auxiliares, admitidos por concurso público -, contribuições e benefícios previdenciários, auxílios-transporte, moradia e saúde, precatórios e outros pagamentos também ajudam a "empurrar" para cima o total da conta.

"Queremos nomear, de imediato, e tão logo seja concluído o concurso público em andamento, no mínimo 50 juízes e os analistas, técnicos e auxiliares da equipe do apoio administrativo", adiantou a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire.

Procurado por **O Estado**, o deputado estadual Marcelo Tavares (PSB), indicado pelo governador eleito, Flávio Dino (PCdoB), como futuro secretário-chefe da Casa Civil, disse que não falaria sobre o assunto, o que denota o grau de delicadeza com que o tema vem sendo tratado.



Corte maranhense prevê praticamente o dobro do orçamento estimado pelo Poder Executivo

Arquivo

Legislativo tem poder de decisão

Foi a partir de uma ação pioneira da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) que o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou o entendimento de que o Executivo não tem poderes para fazer cortes nos orçamentos de outros poderes. E que essa competência pertence ao Legislativo.

No processo, de 2013, a Amma questionava decisão de reduzir em mais de R\$ 174 milhões o valor do orçamento originalmente proposto pelo Judiciário.

Em 23 de agosto, o presidente do TJ-MA, Antonio Guerreiro Júnior, propôs ao governo orçamento de R\$ 882.847.519. No entanto, ao elaborar o projeto da LDA 2014, o Executivo reduziu esse valor para R\$ 708.686.548, devido à redução na estimativa de arrecadação do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj) e em despesas de custeio. Esta decisão, segundo a Amma, "afronta a autonomia administrativa e financeira do TJ-MA".



Alteração da LDO ainda é assunto que os aliados de Dino evitam

Mais

Enquanto aguarda a aprovação do orçamento 2015, a presidência do TJMA mantém entendimentos constantes com o governo estadual visando à liberação de recursos financeiros pendentes do orçamento de 2014. O valor requerido em caráter emergencial é da ordem de R\$211.793.928,00 e é destinado às despesas de custeio, folha de pagamento, custos fixos e para dar continuidade das obras de construção de fóruns iniciadas.

Números

R\$ 758,7 mi

é a **previsão** de gastos com pessoal do Judiciário

4,3%

é o **total** da reposição anual de perdas inflacionárias